



Anais da Assembléia

Nº 76

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Otássio Pereira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Augusto Carneiro, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Mugiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Ivan Rüppel (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 96/78, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de São José dos Pinhais, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Paulo Camargo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital, do Sr. ANTÔNIO ZENI.

Pessoa das mais estimadas junto a comunidade do bairro do Cajuru de nossa Capital, onde residia há mais de 35 anos, o extinto deixa lacuna irreparável pela sua exemplar conduta, quer na vida familiar, quer na vida social.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Túlio Preusler, ocorrido no dia 22 do corrente mês, na cidade de Toledo.

Requer igualmente, que deste ato se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Egon Pudell

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 25 próximo passado, na cidade de Manguairinha, do Senhor LÚCIO FONSECA BORBA.

Cidadão exemplar, presidente do diretório municipal da Arena de Manguairinha, onde grangeou a simpatia e o respeito de seus concidadãos, pelo seu comportamento reto, seu espírito cristão e sua inestimável colaboração ao desenvolvimento do progressista Município de Manguairinha.

Requer, outrossim, sejam enviadas cópias do inteiro teor do presente, à família enlutada e à egrégia Câmara Municipal de Manguairinha.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ARNALDO REKBEIM, ocorrido em São Mateus do Sul.

O extinto era sogro do Deputado Sebastião Rodrigues de Souza Júnior.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. MARIETA CASTANHEIRA MAGALHÃES, ocorrido hoje, na cidade de Jacarezinho, neste Estado. A extinta era genitora do Doutor HAMILTON VILELA MAGALHÃES, Senador da República e ex-diretor do D.E.R.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, se dê ciência à família enlutada, à Av. Getúlio Vargas, 608 - Jacarezinho - PR.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam

encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores, DOUTOR JAYME CANET JÚNIOR, digníssimo Governador do Estado do Paraná, e, ao DOUTOR CELSO SABÓIA DA COSTA, digníssimo Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, reivindicando a criação e instalação de uma agência daquela casa de crédito, para a cidade de JANDAIA DO SUL, neste Estado.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

Mais uma vez, voltamos a insistir na premente necessidade da criação de uma agência do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ na cidade de Jandaia do Sul, tendo em vista o grande desenvolvimento econômico por que vem atravessando aquele município, tanto na área urbana, como na área rural. Sabemos perfeitamente que a maioria daqueles que pleiteiam financiamentos, o fazem primeiro através de uma casa de créditos oficial do Estado, e, nestes casos o BANESTADO. Sabemos perfeitamente que uma empresa que trabalha com seu movimento econômico através do BANESTADO, dificilmente se instala em uma cidade que não possua uma agência daquele estabelecimento de crédito, para não ter que se deslocar a outro município, quando é muito mais fácil se instalar onde já exista uma agência. Somos conhecedores também do Ofício SEGER/SCRE-1293/77, encaminhado pelo DOUTOR CELSO SABÓIA DA COSTA, Diretor Presidente do BANESTADO a esta augusta Casa de Leis, em 06 de setembro de 1977, mas tendo em vista as reivindicações que ainda continuam fazendo o povo daquele município com referência a este assunto, é que somos obrigados a voltar a insistir na criação de uma agência do BANESTADO para a cidade de Jandaia do Sul.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer consulta ao Plenário, para enviar ao Instituto de Terras e Cartografia, Departamento de Defesa Sanitária Animal da Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos, pedido de providências quanto a denúncia formulada pelo Sr. Vitor Bertol, residente no Município de Pato Branco, tendo em vista estarem sendo alimentados suínos com lixo e causarem a contaminação das correntes de água que alimentam propriedades vizinhas.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Nilso Sguarezzi

JUSTIFICATIVA:

A proliferação da "PESTE SUÍNA" tem sido considerado assunto de SEGURANÇA NACIONAL e um dos veículos propagadores do mal é o lixo urbano. Ora na cidade de Pato Branco, a finalidade do lixo coletado na cidade, outra não é que servir de alimento para porcos. Tal estado de coisas existe há mais de três anos, em que pesem as reiteradas denúncias dos vizinhos da propriedade "servida" pelo lixo municipal, tudo conforme comprova a fotocópia inclusa da queixa formulada pelo Sr. Vitor Bertol, em data de 30/05/78, junto ao ITC de Pato Branco. Deve-se ressaltar que os cursos naturais de água, que servem às propriedades a jusante, estão totalmente contaminados a tal ponto de causarem a morte de peixes e animais aquáticos. A propósito é conveniente subsidiar-se na reportagem do jornal "O ESTADO DO PARANÁ", de 25/06/78, que ilustra a gravidade do assunto em toda a sua inteireza. Ademais esta medida vai de encontro à campanha de alerta que as autoridades solicitam e também, para que as medidas legais possam ser urgentemente acionadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer o envio de expediente, consubstanciado em apelo, ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, Dr. Antônio Renato Johnsson, no sentido de ver a viabilidade de transferir a Central Telefônica da cidade de Matinhos, para novas instalações que possam oferecer mais conforto e melhor atendimento aos usuários de telefone daquela cidade.

O nosso apelo encontra ampla justificativa, tendo em vista que a atual Central Telefônica encontra-se instalada precariamente na Agência de Passagens da Empresa Sul Americana de Transportes em Ônibus, parcialmente em comum, circunstância que torna-se incômoda e desconfortável, tanto aos usuários de telefone como aos passageiros de ônibus, particularmente nas épocas de temporada, quando aumenta consideravelmente a demanda de veranistas naquele popular balneário.

Conhecedores que somos do espírito progressista e de renovação que caracteriza a atual Diretoria da TELEPAR, temos certeza que o nosso apelo encontrará a habitual receptividade e que medidas concretas serão adotadas de imediato no sentido de dotar Matinhos de uma Central Telefônica a altura de seu desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Nelson Buffara

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 101/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "Professor Bento Munhoz da Rocha Neto" a Unidade Pólo de 1.º e 2.º Graus da cidade de Paranaíba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Waldenício Barbalho

JUSTIFICATIVA:

O Paraná se destaca junto aos demais Estados da Federação pelo grande valor intelectual, espírito público, dedicação e humildade de seus homens. Grandes foram as figuras políticas que fizeram este Estado respeitado e amado em todo o Brasil. Contudo nenhuma dessas figuras foi maior, em seu amor aos estudos, dedicação ao trabalho, desprendimento e doação frente ao interesse público, do que a figura do eminente Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, que podemos, sem qualquer exagero ou desconsideração a todos que serviram ao Paraná, nominar como o maior dentre os grandes.

Parlamentar dos mais lúcidos, Governador com grande visão sociológica dos destinos do Paraná para o qual traçou linhas mestras, Ministro de Estado dos mais competentes, se orgulhava contudo de um único título que ostentava com galhardia, honra e mérito — o de Professor. Daí a razão de pretendemos atribuir a um Pólo de Ensino da cidade de Paranaíba o seu nome com o título que o engrandece sobre os demais, que nos envaidece e serve de padrão à nossa juventude — Professor Bento Munhoz da Rocha Neto.

É necessário, contudo, que se diga que o Município de Paranaíba muito deve à figura desse eminente paranaense, sem que tenha sequer de longe marcado com um gesto, por mais simples que seja, o reconhecimento dessa gratidão.

O patrimônio que constitui a sede do Município de Paranaíba foi doado pelo Governo do Estado àquele município por decisão e iniciativa do então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Nada mais justo, portanto, que se preste a esse extraordinário benfeitor de Paranaíba, a esse cultor das letras, a esse político que dignificou e engrandeceu a função política, a esse administrador que soube fazer do seu cargo uma fonte de ser-

viços voltados para o bem da coletividade, a esse Professor que pelo exercício do Magistério tornou a cátedra cada vez mais respeitada, nada mais justo, repito, do que atribuir-se o seu nome a uma instituição para a educação e formação de nossa juventude.

PROJETO DE LEI N.º 102/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Guarapuava, no local denominado Serra da Esperança, um Parque Florestal.

Art. 2.º — Para a execução do previsto no artigo anterior, o Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a aprovação desta Lei, solicitará autorização para proceder a desapropriação de área de terras junto a BR-277, limites com o Município de Prudentópolis, consignando no Orçamento Geral do Estado do próximo exercício financeiro, verba específica para esta finalidade.

Art. 3.º — A execução das normas para a implantação, a administração e a coordenação do previsto no Art. 1.º, caberá à Secretaria de Estado de Agricultura.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978.

(a) Trajano Bastos

Apoiamentos: Nilso Sguarezzi e Lineu Turra

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora propomos, é de soberba importância. A estiagem que assola o Sul do País, notadamente o nosso Estado, pode ser entendida como resultante de um desequilíbrio ecológico.

Dai a importância deste projeto de lei, pois trata de evitar a destruição das matas da SERRA DA ESPERANÇA, além de tratar da preservação de mananciais e da inclusão dessa região nas zonas de preservação permanente.

Para alarme nosso e de acordo com um levantamento realizado pela Escola de Floresta da Universidade Federal do Paraná, executando um convênio entre a U.F.P., o Governo do Estado, a Sudesul e o IBDF, temos notícia que restam no Estado do Paraná menos de 10% de mata nativa.

Ainda segundo este levantamento, nos últimos dez anos houve um desmate no Estado de 3.710.603 hectares. Isto equivale a dizer que houve um desmate anual de 371 mil hectares. A continuar tal situação, certamente continuarão as alterações ambientais.

Temos consciência da preocupação constante dos poderes públicos com relação a conservação e preservação de áreas verdes e de nossa fauna.

Diante de tal situação, da seriedade do problema e da necessidade de urgentes providências, esperamos a aprovação dos nobres Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que se oficie ao Ex.º Sr. Superintendente do INCRA, no sentido de que determine providências reconsiderando a data de recolhimento das guias referentes aos tributos do exercício de 1977, ou seja, os recibos de certificado de cadastro, que se encontravam em cobrança nas agências bancárias do Paraná, no dia 30 de maio de 1978.

Esse procedimento seria razoável, pois deve haver prazos para pagamento de quaisquer tributos, quer sejam federais, esta-

duais ou municipais. Ele deixou de ser razoável e lógico, tendo em vista que a emissão de 1978 só será feita em agosto do corrente ano, deixando dessa forma os proprietários rurais, que por circunstâncias alheias à sua vontade, deixaram de efetuar o pagamento do tributo, impossibilitados de vender seus imóveis, bem como conseguir financiamentos agrícolas, porque a primeira exigência legal num caso desses é a apresentação de tal recibo e, o INCRA, contrariando a própria lei nega-se a receber.

Esta determinação do Instituto está provocando, como seria de se esperar, o desespero de muitos homens e suas famílias em todo o território paranaense. São agricultores que vêem suas esperanças tolhidas pela tecnocracia, em que a força fiscal supera a lógica. É concebível que se cobrem multas, juros e correção monetária sobre tributos em atraso, mas não o de impedir o pagamento de impostos e, conseqüentemente, o desenvolvimento de atividades que propiciem o bem estar sócio-econômico.

Entendemos que o INCRA possa rever essa medida, pois entre o recolhimento do tributo de 1977 e a provável emissão de 1978, há ou haverá um prazo de 60 dias. Que se reformule essa resolução procedendo-se como em anos anteriores, quando o INCRA recolheu as guias em atraso e colocou-as em cobrança em uma agência bancária da Capital, até a emissão do exercício seguinte fazendo com que os problemas do homem do campo fossem menores.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1978."

Sr. Presidente, depois de ouvirmos uma série de agricultores, pessoas que têm estes problemas, nós trazemos este assunto à tribuna, solicitando da parte competente, soluções para este caso.

São estas as nossas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito do julgamento procedido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, relativamente a uma representação de inconstitucionalidade, em que era postulante a Prefeitura Municipal de minha base, de minha sede, há 22 anos, Cascavel, e os eminentes e ilustrados representantes da Corte de Justiça, houveram por bem, de quinze por dois votos, darem pela inconstitucionalidade da lei, editada pela Câmara de Vereadores de Cascavel. Em que buscava declarar, ser inconstitucional o aumento de impostos e tributos municipais, por força de um expediente criado pela vigência deste regime que tanto temos condenado.

— O expediente da majoração indireta dos tributos, que se chama Reavaliação dos Imóveis.

E é justamente para me solidarizar com o povo de Cascavel, com o contribuinte de Cascavel, para me penitenciar com uma sentença que nada mais é, — e não discuto seu mérito e seu efeito agora, mas, nada mais é do que uma temeridade para a bolsa popular do povo de meu município.

Mas o que me traz, Sr. Presidente, a esta tribuna, roborando este mesmo raciocínio, buscando no mesmo fulcro, na mesma origem, na mesma fonte legal, a construção de meu pensamento para repudiar também em todo o meu Paraná, os aumentos abusivos de impostos municipais e de tributos municipais é que venho a esta tribuna.

Mas agora, de forma específica, em razão de um pronunciamento feito por este Deputado, nesta tribuna, há poucos dias, e que, a pretexto de fazer uso do pretense direito de resposta, o Prefeito, o Sr. Prefeito, do município, da área metropolitana de São José dos Pinhais, que eleito com os votos dos simpatizantes de nosso Partido, do Movimento Democrático Brasileiro, depois de ter consagrado a sua vitória nas urnas, pela pregação

da legenda oposicionista que tem sido a resistência do regime democrático neste País, se bandeou para o outro lado e por motivos que, segundo suas palavras, só a ele interessa, teve a ousadia de se dirigir à Presidência desta Assembléia Legislativa do Paraná, através de um ofício redigido de maneira desrespeitosa a este Deputado, tentando induzir a erro o Chefe do Poder Legislativo do Paraná, com uma série de assertivas inverídicas, deseducadas e descabidas de qualquer fundamento.

Por motivos vários, Sr. Presidente, e óbvios, sua missiva malcriada, não foi lida em Plenário como pretendia aquele Prefeito. Felizmente, aliás, e para isso não se prestaram, não só os eminentes dirigentes da Comissão Executiva deste Poder, mas, também, não se presta o Regimento Interno desta Casa que, apesar de carcomido pelo tempo, resguarda no seu bojo ainda, a respeitabilidade pelos integrantes deste Poder. Mas, todavia, Sr. Presidente, como a carta se refere a pronunciamento que nós fizemos aqui, desta tribuna, desacanhadamente, democraticamente, denunciando que a majoração dos impostos, em São José dos Pinhais, chegou a atingir 1.250% em apenas 2 anos, fato taxado de mentiroso por aquele Chefe do Poder Executivo que dá como informação correta e verdadeira, a média de apenas 30% de majoração em razão da reavaliação. Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazemos questão de reiterar, fazemos questão de ratificar, "ipsis verbis" e "ipsis literis" aquilo que já expendemos aqui, desta tribuna, entre outras mas, especificamente, nas seguintes palavras — os impostos, em São José dos Pinhais, chegaram a ser majorados em 1.250% em apenas 2 anos, passando de Cr\$ 8,00, o metro quadrado, para Cr\$ 100,00, por metro quadrado; e o contribuinte de São José dos Pinhais está sendo assaltado, poderíamos, politicamente, dizer, em sua economia popular. E vamos além, afirmando que essa exorbitante majoração, chegou a ser, não 1.250%, em 2 anos, mas 1.471% que eu coloquei à disposição dos eminentes componentes do Poder Legislativo do Paraná, xerox que aqui estão a demonstrar aquilo que mencionei desta tribuna e que faço cavalo de batalha; nunca vim, a esta tribuna, para não dizer aquilo que seja verdade, posso vir para deixar de dizer a verdade mas, quando venho, não direi inverdades. E, aqui, Sr. Presidente, trago exemplares comprovando a matéria que eu defendi. E, isto mesmo, Sr. Presidente — foi de 1.471%, em apenas um ano, um ano!

E queremos passar posteriormente às mãos da imprensa do Paraná, lançamento destes impostos, pelos quais se comprovam inteiramente que o que aqui denunciemos há dias e que somente agora pudemos apurar a este percentual, que os valores são realmente escorchantes, mais agressivos do que aquilo que havíamos denunciado, pois o valor de Cr\$ 20,40 por metro quadrado em 77, foi reavaliado em Cr\$ 300,00 no lançamento de 78. E, conseqüentemente, o imposto de Cr\$ 414,32 passou a Cr\$ 6.093,00 no presente exercício, o que constitui um verdadeiro absurdo e inegável truismo daquilo que se falou aqui.

São essas as razões, Sr. Presidente, que nos levam a prestar todo o apoio à população daquele município, toda a nossa solidariedade para que também e através dos seus representantes naquela Câmara Municipal, possam através de uma lei, através do que podem dispor e do que dispõe o artigo 6.º da Constituição do Estado. E quem pode mais, chora menos.

E assim, Sr. Presidente, minorar o grave problema de ordem social, que ali e em outros lugares do Estado do Paraná se verificam.

São essas as razões que nos levam a crer que ao contrário do que afirma S. Ex.^a, não será na Prefeitura que iremos encontrar verdade, ou mesmo a hospitalidade, porque cremos que estas somente poderão ser encontradas na ordeira população ora espoliada pelo Poder Público e quiçá, na Câmara de Vereadores, onde os legítimos representantes e aqueles que representam

efetivamente a opinião dos eleitores do município, porque o subterfúgio das sublegendas está longe de concretizar a aspiração em cada comuna do Estado do Paraná, a vontade e a vocação do povo pela sua liberdade e pela eleição daquele homem que seria o legítimo representante daquela comunidade.

Se as críticas que lhe foram dirigidas, feitas no maior respeito através desta tribuna, se fossem inverídicas, capciosas, maldosas como chegou ao cúmulo ao atrevimento em afirmar comprova que os lançamentos que temos em mãos poderiam ser falsos ou que não partiram da sua nefasta gestão. Mas isto terá o Sr. Prefeito que provar, porque eu não fui à Prefeitura buscar e nem rebuscar, nem expedir e nem determinar a expedição de qualquer documento para o pagamento dos impostos ou dos tributos municipais.

Queremos frisar ainda, que temos em mãos dezenas de outros lançamentos de impostos e que se preciso for, S. Ex.^a poderá, isto sim, vir ao nosso gabinete e comprovar. Agora, eu ir a São José dos Pinhais, não teria razão. Para esta finalidade, não teria razão. Quem tem interesse, que se mova.

Esses lançamentos foram trazidos por moradores daquela cidade, que, movidos pelo interesse de proteger a sua economia, busca a quem possa lhe dar, pelo menos o respaldo, a solidariedade, e pronunciar-se contra as atitudes agressivas do seu Chefe de Poder Executivo.

Pede em sua carta soluções e estas já estão a caminho. Aprovado o projeto de lei que reduz em 50% a majoração do seu imposto, segundo ele próprio, terá ainda 150% de majoração nos impostos, ou segundo documentos que apresentamos: sacrificará em apenas 416%, ou 735% alguns contribuintes o que nos parece ainda demasiado.

Com este propósito os Vereadores apresentaram um projeto de lei buscando minorar, com base no Artigo 6.º da Lei Maior do Estado, a diminuição em 50%. E a juntada de algumas folhas timbradas de sua Prefeitura, na qual consta uma tabela de reavaliação, como estudo, sugestão, sem data e sem valor de assinatura, e que teria contado com a presença da Vereadora que aqui mencionei, que volto a repetir, Thelma Dornelles, nada esclarece e, pelo contrário, dá mostras de que a referida tabela, jamais foi transformada em lei ou, jamais foi usada, apenas os seus signatários foram usados como instrumento, para que o Prefeito majorasse sob a capa daqueles que deram uma sugestão no máximo de 300% e que o Prefeito desobedeceu. E aí então, através desta lei, através de uma sugestão da equipe, poderá o Prefeito diminuir os prejuízos do seu contribuinte. Com a sua irreverente atitude, demonstrou o Chefe do Executivo, ser pessoa desqualificada ao menos politicamente, para ocupar cargos públicos, por exercer ou melhor, por exceder aos limites da ética, do respeito, da solidariedade, e do congraçamento que deve existir entre os homens, que funcionam na vida pública, que têm contato direto com o povo, e para com os parlamentares no livre gozo, do seu direito de crítica, que graças a Deus, parece que, agora, vem estribado num outro pacote, e que haverá de em breve, dar ao Parlamentar, pelo menos alguma coisa do que ele já teve no passado, que são as imunidades parlamentares.

Concedo o aparte ao Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado Fidelcino Tolentino, ouvimos o vosso pronunciamento da tribuna, com bastante interesse e bastante atenção.

Mesmo porque, V. Ex.^a faz menção ao Município de São José dos Pinhais, Município da Grande Curitiba, Município vizinho. V. Ex.^a em parte, tem suas razões, justifica plenamente, sua passagem por esta tribuna.

Mas devo situar, o eminente Deputado, que ontem, casualmente, fiz uma visita àquele município e participei de uma reunião de companheiros.

Justamente, o assunto que V. Ex.^a aborda hoje, foi o mais ventilado naquela reunião. E para minha surpresa, Sr. Depu-

tado Fidelcino Tolentino, ouvi, do Presidente do Comércio, do Sindicato dos Comerciantes de São José dos Pinhais, e direi o nome para V. Ex.^a, o Sr. Diógenes, o qual, me dizia e inclusive, procurava nesta reunião, conscientizar aqueles que reclamavam da alta do imposto, mas dizendo a eles, que não era uma alta de imposto, e que sim, uma atualização, do valor venal, ou do valor estimativo, como queira V. Ex.^a, dos imóveis situados no quadro urbano de São José dos Pinhais, porque aqueles imóveis, há mais ou menos 20 anos, que não viam os seus preços atualizados. E por esta razão e em consequência disso, é que houve o acréscimo, eu estou dizendo a V. Ex.^a, Sr. Deputado, aquilo que me transmitiram em São José dos Pinhais, ontem à noite.

E em consequência disso, houve este acréscimo de imposto. E me disse mais ainda, aquele Presidente do Sindicato dos Comerciantes, V. Ex.^a, por isso, deverá averiguar que a Tabela que o Prefeito tem em mãos, e que pode aplicar aos seus contribuintes é de 1 a 3% e que ele aplicou a mínima; aplicou apenas 1%. Eu digo, não sou seu amigo, não sou seu companheiro. Mas transmito a V. Ex.^a como subsídio ao seu pronunciamento, que isto me foi transmitido por gente, por companheiros, por elementos esclarecidos, do Município de São José dos Pinhais.

Então fica aqui o nosso reparo, tão somente com referência a este pormenor, que não foi um aumento, segundo me informaram e sim uma reavaliação no valor dos imóveis situados no quadro urbano de São José dos Pinhais.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte que V. Ex.^a traz à colação desta modesta posição que eu faço, ocupar nesta tribuna, mas ele só veio roborar os objetivos e o mérito daquilo que estou aqui a defender.

Realmente o que eu disse, foi uma majoração, um aumento, indireto de imposto. Que aliás tem sido um expediente usado por quase todos os chefes de Executivo. Mas que é uma criação da tecnocracia revolucionária. É esta a crítica que eu faço. E também um povo de qualquer município não é obrigado a estar à mercê de desejo de quantos queiram se promover, numa única administração. O que se quer fazer é justamente limitar o abuso que existe concentrado na mão do Poder Executivo, seja de ordem municipal, seja de ordem estadual, seja de ordem federal. O fato é que o Poder Executivo se tornou hoje um super poder.

E que se volta contra o contribuinte que é quem o mantém no poder.

Lanço-me contra a injustiça dos abusos. Dos processos indiretos dos aumentos de impostos.

É este o problema que me traz à tribuna, Sr. Deputado. E volto a repetir: não há razão nenhuma, não só com São José dos Pinhais, mas com Cascavel, com Maringá, com Paranaguá, seja qual for o município. Daqui ou de alhures. Ponta Grossa também, de onde for.

Não é porque se encontra instalado num município uma administração do MDB que eu vou proteger. Eu protejo ao contribuinte. Contribuinte que está sendo objeto de assaques por parte de uma legislação injusta, centralizadora e que busca apenas o entesouramento de riquezas nos cofres do Poder Executivo.

O que se deduz, Sr. Presidente, desta chamada "Carta Colcha de Retalhos", que tivemos a infelicidade de tomar conhecimento e que pretende dar cunho de carta ou ofício. É que teria sido escrita por outras mãos, visando a assessorar e proteger as tergiversações do Chefe do Executivo que não sabe bem a sua posição. Como se fôssemos obrigados a responder pelo que não dissemos e nem tínhamos interesse de dizer. Pois a nota divulgada pela imprensa, foi perfeitamente clara e espelha totalmente a triste verdade daquele município que é rico e pode muito bem melhorar o seu desenvolvimento. Mas não à custa do contribuinte, não era preciso ele sair do MDB e passar para a Arena, para aumentar os impostos. Para dizer ao

povo de São José dos Pinhais, que o governo lhe deu polpudas verbas para trazer obras ao seu município. Então é o próprio povo que está subsidiando o desenvolvimento do município. Não é o Governo nenhum que está ajudando, Sr. Presidente, não é contra Prefeito, é a favor do contribuinte.

Pois bem, prossigo, Sr. Presidente, defendemos então uma tese, em defesa daquele povo, uma tese que se estende por todos os demais municípios do Paraná. E não se trata de exercer, aqui, uma vereança estadual; trata-se de exercer, aqui, um primado de justiça com aqueles que, provavelmente, ainda não tenham se instrumentado na defesa do contribuinte municipal.

Porque, só através de uma lei que diminua, que limite, o aumento, a majoração dos impostos, é que poderá a Câmara Municipal pôr um paradeiro nos abusos, nos excessos praticados pelos chefes de Executivo que têm sido eleitos graças a um declinar do sol desta democracia.

Não se nega e nem se pode negar, que há uma voragem fiscal, que há um avanço em cima de todos os contribuintes. E aqui mesmo, neste Parlamento, está a tramitar uma lei que venha trazer benefício, concedendo limitação na cobrança de multa dos impostos relativos ao ICM. Porque, há o reconhecimento do Poder Público que há um excesso na tributação dos impostos, na comutação de multas, na taxação de quantas obrigações o contribuinte tem. A investida odiosa contra os contribuintes de imposto, sem qualquer programação previamente estudada, com a finalidade de garantir recursos para as obras públicas — eu já disse isso — as quais serão creditadas apenas ao Governo, nas inaugurações, nas épocas de campanhas políticas, nada mais fez do que receber o tráfugo de braços abertos, fere todos os sadios princípios que regem a formação ideal da sociedade.

Não venham mesmo demonstrar total inocência política, pois está o mesmo atrelado, desde já, a candidatos da simpatia do próximo governo que se instalará no Palácio Iguaçu. Isto é inegável.

E a própria "Gazeta do Povo" traz, hoje, o seu atrelamento com ele.

Para finalizar, Sr. Presidente, é forçoso mencionar que a lei que reduzir, ou procurou reduzir os impostos de Cascavel, continua "sub-judice" e, provavelmente, haverá recurso para o Supremo Tribunal Federal. E eu tenho esperança, Sr. Presidente, de que lá, naquela Corte Suprema, haja o acolhimento da pretensão do Município de Cascavel, porque, acima da vontade do povo não há outra vontade, a não ser uma extra-terrena, e difere totalmente da redação do projeto apresentado pela Vereadora Thelma Dornelles Dantas que tem sido incansável no combate a essa voragem fiscal de São José dos Pinhais.

E falo isso com o maior desprendimento, porque essa Vereadora também é candidata a Deputado Estadual pelo meu Partido, e não vou lá fazer frente a ela, não. E temos a declarar que essa pretensão legislativa tem resguardo, tem apoio naquele Artigo que é o 6.º da Constituição do Estado do Paraná, e no Artigo 97, do Código Tributário Nacional, tendo sido corrigidas possíveis falhas que o tornariam manifestamente inconstitucional. E por essa razão, podem os Srs. Vereadores da Arena e do MDB, de São José dos Pinhais, dar acolhida a este projeto de lei porque não haverá Tribunal que o vá taxar de inconstitucional, porque ele tem fundo constitucional. A não ser que se busque inconstitucionalidade nas Leis de Exceção. Porque, aí sim, estaremos fazendo da exceção uma regra. O que nunca ocorreu em parte nenhuma.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a imensa satisfação de registrar neste plenário, a presença dos Srs. Silvestre Kuchla, digníssimo Prefeito Municipal de Roncador, e, também, de registrar a presença do Sr. Renato Siloto,

digníssimo Prefeito Municipal de Manoel Ribas e do Sr. Vereador

Silvério Xavier, do Município de Pitanga, que se faz acompanhar do Sr. Secretário da Prefeitura Municipal daquele Município, Sr. Onino Padilha.

Esta Presidência consulta à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar o espaço que lhe é regimentalmente reservado. (Declina)

Da mesma forma, esta Presidência consulta à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o espaço que o Regimento lhe confere.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, ao nobre Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo):— “O motivo que me traz à tribuna desta Casa é basicamente o mesmo que obrigou os Senhores Deputados a um doloroso exercício de compreensão lógica, vítimas que foram da avalanche de argumentos desconexos, às vezes incompreensíveis e quase sempre falsos, que um nobre Deputado apressadamente ajuntou — mais preocupado provavelmente com seus fugidios eleitores do que com a realidade paranaense.

Não viria a esta tribuna se entre as acusações formuladas pelo Deputado não se encontrassem algumas das mais profundas injustiças que já se cometeram contra um administrador e um homem público. Refiro-me à afirmação de que o Governador Jayme Canet Júnior mostrou-se omissos, durante todo o seu governo, “nas questões fundamentais da produção, na questão do homem, na defesa dos interesses da esmagadora maioria dos paranaenses”.

Mesmo para um discurso de época pré-eleitoral, mesmo para um Deputado de reeleição trabalhosa, mesmo para uma situação onde o desespero tende a suprimir a razão — a peça oratória com que esta Casa foi aquinhoadada na última sexta-feira não faz justiça ao nível de debate que os líderes dos dois partidos se esforçam para manter nesta tribuna. Vejamos os fatos recentes para termos idéia do irrealismo e da desinformação que se apoderou do jovem Deputado.

Ao acusar o Governador Jayme Canet Júnior de omissos, ele mostrou mais de três anos de trabalho persistente, coerente e definitivamente orientado para o desenvolvimento da economia estadual e para o bem estar do homem. São informações que não precisam ser sussurradas ao ouvido do Deputado, em tom de inconfidência, pelos que se amarguram com o êxito alheio ou por aqueles que recorrem à gratuidade como expediente eleitoral. Elas são do conhecimento da opinião pública, foram veiculadas pelos meios de comunicação social do País, estão documentadas e à disposição dos desinformados.

Quero recordar, por ser mais recente e de grande importância, a atuação do Governo do Estado durante a estiagem cujos efeitos ainda estamos vivendo, com ameaça de racionamento de água e energia elétrica em toda a Região Sul e quebra da produção agrícola no Sul e na região Sudeste.

Deveria ser do conhecimento do nobre Deputado que, no mês de março, o Governador pessoalmente vistoriou a região onde já se faziam sentir os primeiros sinais da seca — e imediatamente determinou à Secretaria de Agricultura um levantamento geral da situação. Nos dias seguintes, foram constituídos grupos de trabalho ligados diretamente ao Gabinete do Governador, que forneciam contínuas informações sobre os reflexos não só nas áreas econômica e financeira, mas, principalmente, na área social.

Isso resultou no documento levado pelo Governador Jayme Canet Júnior a Brasília, com data de 17 de abril. Um memorial onde apresentava o quadro da economia paranaense,

prejuízos ocasionados pela seca, fazia um levantamento das providências estabelecidas pelo Governo estadual e propunha medidas ao Governo federal.

Entre as providências já adotadas àquela época pela administração pública estavam:

— Proibição taxativa de novas contratações de pessoal pela Administração Direta e Indireta;

— Restrição total a investimentos administrativos, exceto os indispensáveis à instalação das Secretarias de Estado no Centro Cívico, cujos custos foram compensados pelas economias administrativas e liberação de prédios alugados;

— Compressão nas despesas de custeio sem caráter contratual, já bastante limitadas pelo próprio Orçamento;

— Ampliação do valor de operação de crédito por antecipação de Receita;

— Desaceleração de programação de obras públicas, particularmente nas áreas de saneamento, transportes e prédios públicos;

— Obtenção de empréstimo junto a Morgan Guaranty Trust, no valor de US\$ 30 milhões, destinados a sustentar o Programa de Rodovias Alimentadoras. No mês de abril e maio, após seis viagens a Brasília, o Governador Jayme Canet Júnior já anunciava aos paranaenses o sucesso da maioria de suas reivindicações. O Conselho Monetário Nacional, reunido após determinação do próprio presidente Ernesto Geisel, acolhia as seguintes medidas:

— a liberação imediata aos produtores e cooperativas do financiamento de cem por cento do valor da produção colhida, através da Política de Preços Mínimos.

— a prorrogação dos saldos do financiamento de custeio (vinte por cento) das lavouras amparadas pelo PROAGRO, como também as parcelas de crédito de investimento vencidas neste ano, pelo prazo de dois anos;

— a prorrogação dos financiamentos de custeio não amparados pelo PROAGRO, por um período de três anos, para os produtores que tiveram frustração nas lavouras, bem como, por igual período, as parcelas de investimentos que deveriam ser pagas com o resultado da atual safra;

— a concessão de financiamento de emergência para produtores que tiveram frustração de lavouras e não dispunham de recursos para manutenção — financiamento para pagamento em dois anos;

— acionamento da rede de assistência técnica oficial para pronta elaboração dos laudos do PROAGRO e liberação dos estoques de milho e arroz da CFP.

Senhores Deputados:

Somos testemunhas recentes destes fatos, assim como o são os produtores agrícolas do Estado e toda a opinião pública que acompanha a atuação do Governo através da leitura dos jornais e do noticiário das emissoras de rádio e televisão.

E, como testemunhas e participantes de um momento particularmente difícil para a vida estadual, onde a atuação do Governador Jayme Canet Júnior foi decisiva para antecipar providências trazendo para o Paraná o socorro que, àquela altura, não havia chegado a outros Estados da região sul, não podemos calar ante a acusação de omissos, formulada por um parlamentar. Esta mesma opinião pública há de ter julgado a leviandade desta declaração, pois sabe e vê que ela é injusta e pior, demagógica.

A opinião pública sabe — e vê — que o Governador Canet Júnior, após aproximadamente trezentas viagens ao Interior já visitou duzentos e quarenta e dois dos duzentos e noventa municípios paranaenses — muitos, mais de uma vez.

A opinião pública sabe — e vê — que o Governador do Estado fez do diálogo com os produtores, com o homem do povo, seu instrumento de afirmação democrática, num contínuo constante que dinamiza a ação governamental.

— Como a opinião pública sabe — e vê — que os acusado-

res de hoje são os mudos de ontem, os desligados, os abúlicos, que apenas agora deixam o silêncio por imposição do calendário eleitoral. Mas, como um jogador de futebol que há muito não joga, mostra sua falta de visão de campo, de "timing", de reflexo — e principalmente de reflexão."

A propósito, conseguiu o Sr. Governador do Estado do Paraná, neste seu esforço para minimizar os efeitos da estiagem que assolou o nosso Estado, recursos para absorver cento e cinquenta mil trabalhadores, no que se convencionou chamar de frentes de trabalho, e por ironia, o mesmo Deputado que acusou de omissão o nosso Governador, poderá, ele próprio, participar de uma inauguração em seu Município, de Assis Chateaubriand, nos próximos dias, o Governador do Estado inaugurará o trecho que liga Palotina, Assis Chateaubriand, Nova Aurora, até a BR-369.

Acusar o Governador Jayme Canet Júnior de omissão, depois de tudo que fez é, no mínimo, um argumento risível.

Era só, Sr. Presidente.

Senhor Presidente, os minutos restantes que eu ainda teria direito, eu os delego ao Deputado Erondy Silvério. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra para falar nos cinco minutos restantes do horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Há os que nada dizem falando, como os que muito dizem ... em silêncio".

Esta é uma verdade que está escrita numa crônica não publicada, escrita pelo ex-Deputado Antônio Lopes Júnior, o nosso Tico Lopes que Deus tenha em bom lugar.

Morreu Tico Lopes e a mulher dele, Dona Mafalda, teve a boa lembrança de enviar coisas que ele escreveu e não teve tempo de encaminhar para publicação.

E bem disse ele: no seu silêncio de hoje, muito fala ...

Por exemplo, aqui, numa crônica que ele preparava e não terminou, Tico Lopes dizia assim: o político não deve ter relacionamento apenas com o eleitor, mas com o homem.

Está profundo isso, e é importante numa época pré-eleitoral, hora em que alguns candidatos olham o próximo como se tivesse um número na testa.

Na verdade, esquecem alguns que o parlamentar representa não o eleitor, mas à comunidade por ele respaldada. Os analfabetos, as crianças, até mesmo aqueles que estão por nascer. Representam, sim, uma comunhão de interesses maiores e universais, muitas vezes relegados porque não rendem seus votinhos.

Como sempre, disse bem Tico Lopes.

Noutra crônica, Antônio Lopes Júnior escolhe o título "É fácil a Alegria". E fala de um grupo de aposentados que encontrou, todos cidadãos já realizados e com confortáveis rendimentos de inatividade. E queixava-se o grupo da necessidade de uma atividade para alegrar a vida.

Sugestão do Tico: que aqueles que sentem as vidas vazias — e neste plano se enquadram as dondocas que assassina seu tempo nos chazinhos e nas boutiques —, que os que se sentem inúteis por falta de atividade, que estes usem sempre uma boa receita para a ociosidade. Nenhuma ocupação recompensa mais o ser humano que auxiliar outro ser humano. E nossas entidades de assistência social estão aí pensando dificuldades financeiras carentes de ajuda em serviço.

Se a alguém sobra tempo, tarefa não falta, na ajuda ao próximo, para preencher de beleza uma vida onde é fácil a alegria."

Eu tenho em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diversas crônicas não publicadas e uma até inacabada que o nosso Tico Lopes escreveu, talvez, nas horas que antecederam à sua morte, porque parou mesmo quase que no início da

crônica. As outras, eu pediria à Mesa que constassem os Anais, por falta de tempo, para eu proceder a leitura; também esta que foi escrita, justamente, nas horas que antecederam à sua morte.

É um artigo que tem o título — "Ainda a Formação Política".

(As crônicas que não foram lidas, acham-se publicadas no final do discurso do Sr. Deputado Erondy Silvério)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só tenho que agradecer a Dona Mafalda por ter-me dado esta oportunidade, esta nova oportunidade de lembrar a todos da excelente figura de cristão e homem público que foi o nosso ex-colega, Antônio Lopes Júnior, o nosso Tico Lopes. E a você, companheiro, obrigado. Do lado de lá está nos dando ainda o estímulo de boas palavras, e mostrando que o que escrevia era real e muito oportuno. Porque é como ele disse num dos seus artigos, numa de suas crônicas: "Há os que nada dizem falando; como os que muito dizem, em silêncio."

Sr. Presidente, requiro à Mesa que faça constar dos Anais da Casa uma série de artigos que foram os últimos escritos, em vida, por um Deputado que honrou o seu mandato, nesta Casa, pela integridade de caráter, pela sua formação cristã e pelo seu acendrado amor à causa pública. — (Sem revisão do orador).

"AINDA A FORMAÇÃO POLÍTICA"

Antônio Lopes Júnior

Fiel ao compromisso de não ultrapassar o espaço que me é concedido, no meu próprio Jornal, volto a falar sobre a necessidade de se preparar o político para o desempenho de tão elevadas funções.

Elevadas eu digo no sentido exato do termo. Elevada pela significação, pelo espírito de sacrifício, pela capacidade de renúncia, pelo desprendimento, pelo amor à causa pública. Não devemos confundir "função", com "posição".

Mas, como dizia a semana passada, "o parlamentar não deve ter relacionamento apenas com o eleitor". O principal contato deve ser com o homem.

Ter contato apenas com o eleitor, significa ver no outro somente o eleitor. Naquele que vota, ou que pode votar. Representar a comunidade vai muito além. Inclui os analfabetos, as crianças, até mesmo aquelas que estão por nascer.

É difícil ser deputado. Fácil é conquistar mais um diploma, mormente quando não se precisa nem sentar nos bancos escolares.

Enquanto não se institui e não se coloca em real funcionamento um Instituto de Formação Política, pelo menos deveria ser formalizada uma forma de carreira, se é que se pode chamar assim.

"MEDIDAS PRÁTICAS"

Antônio Lopes Júnior

Antes de iniciar estas linhas me veio à lembrança uma frase que li ao acaso há muitos anos. Dizia ela: "Há os que nada dizem falando como os que muito dizem em silêncio".

As notícias são desalentadoras. A terrível seca que nos assola há vários meses está se constituindo num quadro de tristeza e de perspectivas dolorosas.

A água está escasseando. Os rios estão baixando a níveis jamais supostos. A terra está ressequida.

Urge, pois, uma conscientização de todos para a economia de água e de luz para que não tenhamos que passar por um racionamento duro nas cidades e por um período de tristeza na zona rural.

Mas como fazer economia?

Não bastam "slogans", como pouco adiantam apelos.

Preciso chamar a atenção para o problema mais com estes de

que com palavras. Não se deve fazer uma relação de coisas que não se podem ou não se deveria fazer. Cada um deve tomar conhecimento da situação e colaborar espontaneamente.

Várias coisas poderiam ser postas em prática, que valeriam mais pelo exemplo. Funcionamento de postos de lavagem de automóveis apenas uma vez por semana, limitar o funcionamento de televisão até as dez horas da noite, disciplinar o funcionamento de estádios e outros tipos de competição esportiva noturna, não lavar calçadas e rigoroso controle de vasos sanitários que às vezes ficam dias ocasionando prejuízos.

São pequenas coisas, pequenos sacrifícios, que muito ajudariam a economizar água e energia elétricas, mas que, sobretudo, seria um bom ensinamento à solidariedade, para aqueles que arcarão com a responsabilidade futura dos governos e do comando das coisas."

SOLIDARIEDADE E PRECAUÇÃO

Antônio Lopes Júnior

Hoje não é mais necessário viajar longe para verificar de perto o sofrimento de nossos irmãos. Não é preciso ir ao sudoeste, a zona mais flagelada pela seca, para sentir o perigo de incêndio, porcos sendo vendidos urgente, por falta d'água. Mulheres e crianças, andando quilômetros pelas estradas atrás de uma lata de água, talvez até, não potável. A perspectiva dolorosa do futuro em consequência da longa estiagem. Aqui mesmo começamos a sentir o problema.

Não é só a água. A falta do precioso líquido traz suas consequências. A energia elétrica.

E olhamos para o céu e vemos tudo limpinho, sem uma pequena nuvem anunciadora do que se espera.

Não podemos esperar pelo pior, nem que sejamos obrigados a cumprir uma determinação. As comunidades devem se unir e cooperar diminuindo gastos de água e de luz. A força motriz é necessária para movimentar máquinas e dar trabalho aos operários. Mas luz pode ser diminuído o gasto.

Em algumas cidades já estão apagando a luz em determinadas horas da noite, nas ruas. Por que não racionalizar o gasto em competições esportivas noturnas, que também gasta água em abundância?

Se não falta água aqui, em outras localidades falta e muita, e as dificuldades crescem. Se a luz aqui ainda está boa, não devemos esquecer que ela está integrada num sistema que abrange outras cidades e que deve estar presente em toda a parte aquele pensamento salutar: Um por todos, todos por um.

Lavar calçadas, automóveis, com água tratada, quando em outros lugares não há água para beber nas proximidades machuca a consciência.

"O muito se faz com o pouco de cada um". Vamos todos economizar um pouco para que não venha a faltar para todos um dia."

É FÁCIL A ALEGRIA

Antônio Lopes Júnior

Passando numa via pública outro dia cheguei-me a um grupo que discutia, aproveitando o sol da manhã, problemas de administração e de necessidade de uma atividade para "alegrar a vida". Eram todos bem aposentados, com melhores proventos de inatividade.

Cheguei-me a eles. Conversamos. Debatesmos.

É interessante! observei. Vocês, pensando em que fazer e tendo uma boa renda mensal. E por aí afora existem tantas associações de assistência social, ou de promoção, como queiram, às voltas, com dificuldades financeiras para pagar contador, médico, advogado, ou mesmo serviços burocráticos de administração. Por que cada aposentado não dá um pouco do seu tempo a essas instituições, ou funda alguma para dirigir e realizar o bem?

Com surpresa muito agradável, recebi há dias um convite para a inauguração de um pequeno orfanato. Com surpresa mais agradável, ainda ..."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deseja comunicar aos Srs. Deputados, que às 16,30 hrs. estará presente na Sala das Comissões, o Dr. José Neves Labatut. Proferirá palestra sobre o trabalho que desenvolve a Administração de Recursos Hídricos, e virá atendendo convite encaminhado pela Assembléia Legislativa, a pedido da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, desta Casa.

Na oportunidade será abordado problema da poluição no Estado do Paraná.

A Presidência deseja, também, lembrar os Srs. Deputados que amanhã, durante a sessão estará, neste Plenário, a convite da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Sr. Gerente da Indústria Cambi, de Laticínios e Leite em Pó, sediada em Londrina, e virá para proferir palestra aos Srs. Deputados, informando-os da política desenvolvida neste setor no Estado do Paraná, e haverá de solicitar providências desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO—

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/78, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que denomina "Rodovia Antônio Baby", a estrada PRT-280, que liga a localidade de Santa Rita no Município de General Carneiro, à sede do Município de Pato Branco. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) — Encarceraria à Mesa, que registrasse o meu voto contrário, não pelas qualidades do pretenso homenageado, mas, exclusivamente, por razões técnicas e jurídicas, uma vez que considero incompetente, Lei Estadual, para terminar obra federal.

Apenas, esta ressalva que eu solicitaria que Vossa Excelência, generosamente, fizesse constar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência registra.

EM VOTAÇÃO—

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 62/78, que objetiva conceder pensão mensal de valor igual a 5 (cinco) salários mínimos ao Doutor Arthur Martins Franco, ex-professor e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovação.

EM VOTAÇÃO —

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem n.º 19/78, ex-Proposição n.º 104/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de FAXINAL, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 110/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica e o Município de CAMPINA GRANDE DO SUL, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 131/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de MANDIRITUBA, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/77, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que denomina Usina Juscelino Kubitschek de Oliveira, a atual Usina de Foz do Areia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**—

Sobre este projeto de lei, há requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente.

Temos conhecimento de que a Hidrelétrica de São Simão, no rio Grande, divisório entre Minas Gerais e Goiás, recentemente inaugurada, recebeu ou receberá proximamente a denominação de USINA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKEDEOLIVEIRA.

Objetivando evitar que duas grandes geradoras de energia elétrica do País tenham u'a mesma denominação, requeiro que, antes que tenha seqüência o trâmite do Projeto de Lei n.º 45/77, constante da Ordem do Dia de hoje, se verifique junto à CEMIG E ELETROBRÁS se a Usina de São Simão tem a denominação antes apontada.

É diligência que requeremos.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.978.

Em votação o requerimento.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/77, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de PALMEIRA, parte do imóvel que especifica. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— **COM SUBSTITUTIVO GERAL.**— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**— **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/78, de autoria

do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a “ESCOLA PROFISSIONAL E SOCIAL DO MENOR”, da cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**— **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 44/75, ex-Proposição n.º 160/75 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando cumprir dispositivos do Colégio Nacional de Trânsito, na área do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**— **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO —

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 11/78, ex-Proposição n.º 96/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Marilena, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 37/78, ex-Proposição n.º 123/78 — aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 53/77 — ex-Proposição n.º 260/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UBIRATÁ, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 139/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65/78, que dispõe sobre créditos tributários pertinentes ao imposto de operações relativas à circulação de mercadorias, na forma que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **COM EMENDAS.**— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**—

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Ao referido projeto foram apresentadas emendas de

n.ºs 1 a 4.

Em votação a Emenda n.º 3, de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio, com parecer favorável da Comissão de Finanças. — **Aprovada.**

Emenda n.º 4, de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio, com parecer favorável da Comissão de Finanças. — **Em votação.** — **Aprovada.**

Emenda n.º 1, de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com parecer contrário da Comissão de Finanças. — **Em votação.** — **Rejeitada.**

Emenda n.º 2, de autoria dos Srs. Deputados Ezequias Losso e Gabriel Manoel, com apoio de diversos Srs. Deputados, com parecer contrário da Comissão de Finanças. — **Em votação.** — **Rejeitada.**

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lúcio Fonseca Borba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Preusler, ocorrido na cidade de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Zeni, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Marieta Castanheira Magalhães, ocorrido na cidade de Jacarezinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arnaldo Rekbein, ocorrido em São Mateus do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 96/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que dentro da programação da doação de ônibus escolares no decorrer do ano presente, destine uma destas viaturas para o Município de Fênix. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos aos eminentes causídicos René Dotti e Alcides Munhoz Neto, que acabam de ser contemplados com os prêmios “De Plácido e Silva” e “Oscar Martins Gomes”, na promoção da “Gazeta do Povo”, e Secretaria da Justiça, instituindo o “Primeiro Concurso Nacional de Letras Jurídicas”. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e Secretário dos Recursos Humanos, sugerindo-lhes adoção de esboço de anteprojeto de lei, a fim de regularizar a gratificação instituída pela Lei n.º 6569, ao Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, reivindicando a criação e instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito para a cidade de Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Instituto de Terras e Cartografia, Departamento de Defesa Sanitária Animal da Secretaria da Agricultura e Recursos Hídricos, encarecendo providências quanto à denúncia formula-

da pelo Sr. Vitor Bertol, residente no Município de Pato Branco, tendo em vista estarem sendo alimentados suínos com luxo e causarem contaminação das correntes de água que alimentam propriedades vizinhas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do INCRA, no sentido de que determine providências reconsiderando a data do recolhimento das guias referentes aos tributos do exercício de 1977, ou seja, os recibos de certificado de cadastro que se encontravam em cobrança nas agências bancárias do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, no sentido de viabilidade de transferir a Central Telefônica da cidade de Matinhos, oferecendo mais conforto e melhor atendimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos eméritos juristas paranaenses, Drs. René Arial Dotti e Alcides Munhoz Neto, que conquistaram o 1.º e 2.º lugares no “I Concurso Nacional de Letras Jurídicas”, promovido pela Secretaria da Justiça e “Gazeta do Povo”. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre se já determinou à Pasta competente, estudos visando a redação de projeto de lei estabelecendo a contagem de tempo para efeito de aposentadoria aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 1967. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Solicitei a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para manifestar duas pretensões: a primeira, que V. Ex.^a determinasse a inclusão na Ordem do Dia de amanhã, o Projeto de Lei n.º 86/78, que pretende alterar os horários das sessões ordinárias desta Casa para o segundo semestre.

Finalmente, para solicitar, Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e fará, a pedido do Sr. Deputado Líder da ARENA, verificação de votação no requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam queiram levantar-se. (Pausa).

10 Srs. Deputados aprovam; 10 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 171/77, 27/78, 33, 37/78 e de Resolução n.ºs 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 53/78.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 169/77, 61/78 e 75/78, e de Resolução n.ºs 61/78.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 193/74 e de Resolução n.ºs 48, 52, 55 e 60/78.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 136/76, 181/77, 28/78, 32, 45 e 86/78.

Levanta-se a Sessão.

Portarias:

PORTARIA Nº 236/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5464, de 09 de junho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

constituir Grupo de Trabalho, para reestruturação do programa de folhas de pagamento e adaptação para possibilitar o aumento de operacionalidade do C.P.C., sob a Presidência e coordenação geral de AIMORÉ OD ROCHA, matrícula nº 384 e constituída pelos seguintes funcionários: ELEOVAN CESAR RIBEIRO — matrícula nº 373, FARID LUIZ GUE-RIOS — matrícula nº 480, WILSON KAIEL — matrícula nº 436, ALMIR SANTOS — matrícula nº 059, VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, matrícula nº 366 e JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAÚJO, matrícula nº 500, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de junho de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA Nº 237/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5888, de 19 de junho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, aos funcionários JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO, matrícula nº 047 e HILDA MATTHIES BLANC, matrícula nº 328, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de junho de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

Decretos:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 337/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3448, de 20 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ ALVES GUIMARÃES, matrícula nº 092, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na forma do inciso I, do Art. 129, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de treze (13) anos, oito (08) meses e oito (08) dias, compreendido entre 20 de julho de 1964 e 21 de março de 1978, de serviços prestados à Polícia Militar do Estado do Paraná.
II — mandar contar, a seu favor, para todos os efeitos legais, o tempo de um (01) ano, compreendido entre 04 de maio de 1951 e 03 de maio de 1952, que prestou serviço militar obrigatório; e,
III — conceder ao referido funcionário, em razão das contagens retro, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, por contar com mais de cinco (05) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais e mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, por contar com mais de dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%) ambos a partir de 21 de março de 1978, data em que foi admitido como funcionário deste Poder, e de acordo com o Art. 170 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 338/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3857, de 28 de abril de

1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, matrícula nº 263, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 13 de junho de 1978, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 170 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 339/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4824, de 24 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário DARIO FORTUNATO DARIF, matrícula nº 063, ocupante do cargo de provimento efetivo de Consultor Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 07 de junho de 1978, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%) de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 340/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4984, de 31 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário FABIANO SIQUEIRA CUNHA, matrícula nº 043, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 21 de fevereiro de 1978, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%), de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 341/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5134, de 02 de junho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar pagar a MAFALDA DE SOTTI LOPES, viúva do ex-Deputado Antônio Lopes Júnior, falecido em 19 de maio de 1978, nos termos das Leis nºs 4763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1963, com nova redação dada pelas Leis nºs 6468, de 18 de outubro de 1973 e 6911, de 02 de setembro de 1977, pensão mensal de valor equivalente a três (03) salários mínimos fixados a Capital do Estado, a partir da data do óbito.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 342/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4891, de 26 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de AYRTON COSTA LOYOLA, matrícula nº 002, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei nº 6174, a partir de 29 de março de 1978, data que, em razão da contagem acima, completou trinta e dois (32) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 343/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4572, de 16 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

aposentar, a pedido, nos termos do Artigo 140, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, JOSIAS MARQUESI, matrícula nº 601, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de Cr\$ 19.803,95 (dezenove mil e oitocentos e três cruzeiros e noventa e cinco centavos), mensais e integrais, incluídos neste total 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimos quinquenais, nos termos do Artigo 170, da mesma Lei; 5% (cinco por cento) de adicional de acordo com o Artigo 171, da referida Lei; Função Gratificada Símbolo 1-F, nos termos do Artigo 140, inciso III da Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976 e Gratificação de Produtividade conforme Artigo 1º da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário